

Em sequimento foram discutidos, postos a votação e approvados pela Camara os Artigos 28, e 29 do Titulo 5.<sup>o</sup> que trata da Abertura das Sessões.

O Senr. Presidente deu para a ordem do dia a continuação de Regimento dos Conselhos Gerais da Provincia.

Terantou-se a Sessão as duas horas. = Visconde de Santo Amaro Presidente = Visconde de Barbacena 1.<sup>o</sup> Secretario = Barão de Valença 2.<sup>o</sup> Secretario.

Sessão 23.<sup>a</sup>

No dia 7 de Junho de 1826.

Presidencia do Senr. Vice-Presidente.

As dez horas e meia fez-se a chamada e acharam-se presentes vinte cinco dos Senr. Senadores, faltando os Senr. Viscondes de Santo Amaro, de Inhambupe, de Baranagocai, de Nazareth, de Dapenda, de Caravellas, do Tanado, e os Senr. Bispo Capellão Moir, João Languehita de Santa Libato, Jose Feliciano Fernandes Pinheiro, Jose Joaquim Nabuco de Araújo, e Visconde de Maricá.

O Senr. Vice-Presidente declarou que não podia haver Sessão por não estar a Casa completa. = Marquez de S. João da Palma Vice-Presidente = Visconde de Barbacena 1.<sup>o</sup> Secretario = Barão de Valença 2.<sup>o</sup> Secretario.

Sessão 24.<sup>a</sup>

No dia 8 de Junho de 1826

Presidencia do Senr. Presidente

Aberta a Sessão foi lida a nota tomada no dia 7, e a nota do dia 6, e tanto humas como a outra foram approvadas.

Naem Senr. Senador participou que a Deputação nomeada para assistir ao funeral do Senr. Visconde da Cachoeira preencheram as suas funções, supprindo o Senr. Barão de Congonhas do Campo a vez do Senr. Bispo Capellão Moir, que não pôde comparecer.



Relator da Comissão de Statística  
propor com urgencia, que se nomeassem mais  
dois membros a referida Comissão. O Sr.  
Presidente submettendo este objecto á decisão da  
Câmara, foi approvado, e procedendo depois  
a votação sahiraõ eleitos

do Sr. Bispo Capellão Mór com 21 votos

Barão de Sahitê com 18

Entrou em 2.<sup>a</sup> discussão o Parecer da Comissão  
de Legislação sobre o requerimento de João Car-  
doso de Almeida Amado, e depois de discutido,  
o Sr. Presidente perguntou se a Câmara o ap-  
provava, e venceu-se que sim.

Leu a 2.<sup>a</sup> leitura a seguinte Emenda ao Pro-  
jecto de Lei sobre o Monte Pio, pelo Author do  
mesmo Projecto.

Proporho que no meu Projecto de Lei sobre  
o Monte Pio se suprimaõ os Artigos 20, 21, e 24,  
e em seu lugar se ponhaõ os seguintes.

Artigo 20. Em cada huma das Provincias do  
Império sera creada huma Junta administrativa  
composta do Thesoureiro das Tropas ou quem suas  
vezes fizer, dos officiaes nomeados pela corporação  
dos contribuintes, e do official Presidente nomeado  
pelo Governo, o qual dirigirá na sua Provincia  
a Instituição do Monte Pio debaixo do mesmo me-  
thodo, e systema estabelecido na Corte, e no que lhe  
for applicavel.

Artigo 21. O pagamento das Prêças sera a car-  
ga da Caixa da Provincia que ultimamente re-  
cebia, ou deveria receber a contribuição ordinaria,  
ou extraordinaria do official fallecido.

Artigo 22. Fica sendo permittido a hum  
Official que passa a servir de huma para ou-  
tra Provincia, ficar continuando a pagar, e a  
ser Membro do Monte Pio a que anteriormente  
pertencia, com tanto porém que para elle conti-  
nue a dar regularmente as suas contribuições



ordinarias, e extraordinarias.

Artigo 23. No caso do Artigo antecedente, fica a cargo do Official promover acentos a fazer em humas, e outra Caixa de Provincia, a fim de que ellas entre si possam fazer as precisas transacções. Tacs do Senado em 31 de Maio de 1826 = Bento Barrozo Pereira.

Propoz o Sr. Visconde de a Lavoura era digna de entrar em deliberacão, para ser discutida com o Projecto: a Camara resolveu que sim Foi a imprimir.

Tem igualmente 2.<sup>a</sup> Lectura o seguinte Projecto de Lei.

A Assembleia Geral e Legislativa do Imperio do Brazil, Querendo promover a Construcção dos Navios da Marinha Mercante, e bem assim a Navegação, que constitue a base do Commercio, da industria, e das riquezas, e forcas do Estado, Decreta o seguinte

### Titulo 1.

#### Sobre a Construcção, e Navegação.

Artigo 1. As madeiras de construcção, ou para fabrica dos Navios, sendo produzidas no Brazil, serão exemptas de direitos de entrada, ou qualquer emolumento.

Artigo 2. Tudo o que for necessario para o aparelho, preparo, sobreculante, provisões, e uso do Navio, ou Navios que sahir, ou sahirem em viagem, sera livre de Direitos, e de qualquer emolumento, provado que oya na Alfandega a referida necessidade, e uso.

Artigo 3. Ficão exemptas de Direitos de entrada todas, e quaesquer materias brutas necessarias para a Construcção dos Navios, e bem assim lonas, brim, antenas, anchoras, amarras, e cabos que vierem de Portos Estrangeiros



em Navios, ou Embarcações Brasileiras, por tempo de dez annos contados da publicação do presente Decreto

Artigo 4. Os Navios que d'ora em diante se construírem no Império do Brazil, gozarão do Privilegio de exempção de Direitos da primeira carga que exportarem.

Artigo 5. Na venda dos Navios, antes da sua primeira viagem, não se pagará Direito algum: e d'ahi por diante em todas as mais vendas que se fizerem, só se pagará cinco por cento em todas, e qualquer parte do Império do Brazil.

Artigo 6. As licenças para corte de madeiras de construção, e marca de Estalho, e bater estaca, serão gratuitas inteiramente.

Artigo 7. Não serão considerados Navios Brasileiros os Cascos, ou Navios de Construção Estrangeira, excepto os apresados por Navio Brasileiro, e sentenciados pelo Tribunal competente, ou quando por naufragio nas Costas do Brazil, variação, ou julgados incapazes de navegar, forem comprados por Cidadão Brasileiro, e soffrerem concerto, em que se dependa mais do dobro do seu valor, depois do sinistro, ou sentença. Igualmente se não considerão Navios Brasileiros os construídos no Brazil que tiverem sido apresados, ou cahirem no poder do inimigo. Os Navios proum de construção Estrangeira, que forem de propriedade Brasileira, ao tempo da publicação do presente Decreto, serão considerados como de construção Brasileira.

Artigo 8. O Navio Brasileiro que entrar em porto, e abrir despacho para carga, saia, ou não carregado, ou o que entrar com alguma carga, e sair em porto, pagará somente metade das despesas que pagar o Navio Brasileiro que entra, e sahe carregado.



Artigo 9. Pelas matriculas da equipagem, e mestres Carpinteiros, e Calafates, se pagará somente o Emolumento de quarenta reis por cada pessoa, em favor do Escrivão respectivo. Não haverá mais do que humma matricula em cada viagem, e esta se fará na Intendencia da Marinha, ou na Camara do lugar, onde não houver tal Intendencia.

Artigo 10. Não será admittido para Capitão, ou Mestre de qualquer Navio, ou Embarcação Brasileira, e como tal registada individuo algum que não seja Cidadão Brasileiro.

Artigo 11. Fica a arbitrio dos donos dos Navios levarem, ou não Capellão, e Cyrurgião, seja qual for o seu lote, e viagem. No caso de quererem levar Capellão, ou Cyrurgião, não serão estes obrigados a pagar Emolumento algum ao Capellão Mór, ou Cyrurgião Mór da Armada, bastando que apresentem os titulos de suas habilitações para serem admittidos na sobredita qualidade a bordo de qualquer Embarcação. Exceptuão-se os Navios do Commercio da esquadra, em quanto durar este trafico, os quaes serão obrigados a levar Cyrurgião, e na falta deste, hum Sangrador approvedo.

Artigo 12. O Navio Brasileiro, que for tripulado por hum Marinheiro Brasileiro por cada vinte toneladas da sua lotação, será reputado devidamente tripulado, ainda quando o numero dos outros Marinheiros vinha a exceder a quarta parte da totalidade da equipagem.

Artigo 13. Nenhum Navio Brasileiro, como tal registado, será permittido sair de qualquer Porto do Brasil, sem que esteja devidamente tripulado.

Artigo 14. São considerados Marinheiros Brasileiros, os Marinheiros Portuguezes, que se alistarem no Navio Brasileiro, ou esca-



22  
nos pertencentes aos Subditos Brasileiros; e todos,  
e quaesquer Estrangeiros que tiverem servido nos  
Navios de Guerra do Imperio do Brasil, por  
tempo de dois annos.

Artigo 15. Os Marinheiros dos Navios  
em mais de meia carga, não poderão ser reem-  
baldos para o serviço da Armada, em quanto  
houverem Marinheiro de Navio descarrega-  
dos surtos no mesmo Porto.

Artigo 16. O Mestre, ou Capitão do Na-  
vio que houver de sair, declarará no Correio o dia  
da sua sahida oito dias antes, e alem d'iste pra-  
zo não poderá ser detido por qualquer causa, ou  
authoridade; salvo quando o bem publico, ou  
do Estado assim o exigir. Se o Navio porer por  
qualquer motivo, ou circumstancias se veja obri-  
gado a accelerar a sua viagem, ou por que que-  
ra aproveitar-se de algum comboi, ou conserva,  
se lhe accutará a participação quarenta e oito  
horas antes da sua partida, não se lhe pondo em-  
baraco algum depois d'iste termo.

Artigo 17. Haverá hum official do Cor-  
reio encarregado de ir entregar a mala das Cartas,  
e os officios das diversas Authoridades ao Mestre, ou  
Capitão do Navio, cobrando d'ute o competente  
recibo.

Artigo 18. Fica abolida a chamada  
verita da botica, e haverá somente na sahida  
do Navio a verita do Registo.

Artigo 19. Os Passaportes continuarão  
a ser passados pela Secretaria d'Estado das Negoc-  
ias da Marinha na Corte, e nas Provincias pe-  
los respectivos Presidentes, na forma até agora  
praticada. Serão lavrados em pergaminho, e a  
verita da Carteira do Registo, ou Matricula do  
Navio. Nello se deverá declarar o nome, ou  
invocaç<sup>ão</sup> da Embarcação, da Traça, ou Porto a que  
pertencer; do Dono, ou Donos; do Constructor;



do lugar, e o tempo em que foi construída; e se  
 he de Construção Brasileira, ou Estrangeira na-  
 cionalizada nos termos do Artigo 1.º, e bem assim  
 as suas dimensões, forma da armação, lotação,  
 e mais qualidades caracteristicas do Navio. Igual-  
 mente se declarará o nome do Capitão, ou Mestre;  
 o do Porto do seu destino; e o numero das pessoas  
 da equipagem. Os Passaportes dos navios empre-  
 gados no Commercio da esportação, continua-  
 rão a ser lavrados na mesma forma actual.

Artigo 20. Humo vez concedido o Passa-  
 porte, será referendado em cada viagem pelo In-  
 tendente da Marinha, e onde o não houver, pelo  
 Juiz de Alandega, e na falta de hum e outro,  
 pelo Presidente da Camara do respectivo Porto,  
 declarando o nome do Capitão, ou Mestre do Na-  
 vio, o numero de pessoas da equipagem, e o Porto  
 para onde pretende seguir viagem.

Artigo 21. O Passaporte se reformará todas  
 as vezes que o Navio passar a outro dono, ou donos,  
 ou mudar de forma de armação.

Artigo 22. O Capitão, ou Mestre do Navio,  
 no caso de venda do mesmo Navio, ou de ser julgado  
 incapaz de navegar, he obrigado a substituir im-  
 mediatamente o Passaporte na Lotação competente,  
 se a venda, ou condemnação tiver effeito no Porto, ou  
 lugar onde elle se passou. Se porém a venda, ou con-  
 demnação tiver lugar em algum outro Porto do Bra-  
 zil, ou em um Paiz Estrangeiro, no primeiro caso o Passa-  
 porte será entregue na Intendencia da Marinha  
 d'esse Porto, ou na respectiva Camara, não havendo  
 tal Intendencia, e no segundo caso ao Consul, ou  
 Vice Consul Brasileiro do Porto, ou ao do Porto ma-  
 is proximo, na falta d'aquelle, ou na Secretaria  
 d'Estado da Marinha em o prazo de quatro meses  
 contados depois do evento, e de oito meses sendo nos  
 Portos da Azia.

Artigo 23. O Capitão, ou Mestre que faltar



a disposição do artigo precedente, será multado na  
pessoa de hum cento e quarenta mil reis para as  
despesas da charrinha de guerra. E esta quantia  
prestará fiança idônea na sobredita Secretaria  
d'Estado, ou na Intendência onde receber o Passaporte.  
Toda a vez que o Navio mudar de Capitão, ou  
Mestre, dará aquelle que lhe succeder prestar no-  
va fiança. O levantamento da fiança se fará  
com o recibo da entrega do Passaporte.

Artigo 24. Oitavaria do primeiro de Feve-  
reiro de mil setecentos e cinquenta e oito, e o de três  
de Fevereiro de mil oitocentos e dez em quanto de-  
terminar, que todos os despachos necessarios para a  
expedição de hum Navio se reduzão a hum só Livro,  
e n'ello a hum só despacho, e unica somma, que  
em si inclua cumulativamente todos os emolu-  
mentos, e todas as contribuições, que até agora  
se pagavão por differentes Repartições, para que  
a sua totalidade seja depois distribuida com a  
devida proporção pelas pessoas a quem tocarem  
as sobreditas contribuições, e emolumentos, será in-  
tensamente observado. Nenhum Empregado pu-  
blico, Official d'Alfandega, ou Policia dos Portos,  
podera exigir d'esta somma, ou alim d'ella, con-  
za alguma a titulo de gratificação, cortume,  
propina, ou emolumento que não seja estabi-  
lecido por Lei.

Artigo 25. Os Tributos para o registro do  
Navio na Fortalezas continuão a ser dados pela  
Secretaria d'Estado das Negocios da Marinha na  
Corte, e nas Provincias pelos respectivos Presiden-  
tes na forma até agora praticada.

Artigo 26. Somente haverá a visita da  
Saude, que se fará logo que o Navio fundear, e  
a da Alfandega assim que o Capitão a requerer  
depois da descarga, e antes de retirados os Guar-  
das. Feita a visita da Saude, e feitas immediata-  
mente a bordo os Guardas d'Alfandega, poderão



os passageiros vir livremente para terra. O Capitão de qualquer Navio Nacional, ou Estrangeiro, será obrigado a entregar ao Official da visita humma copia do seu manifesto por elle assignado, e bem assim a lista dos passageiros que troucer. O dito Official da visita remetterá logo, a primeira ao Juiz da Alfandega, ou pessoa que exerce estas funções; e a segunda ao Ministro da Policia do Porto, a quem os passageiros deverão apresentar seus Passaportes dentro de vinte e quatro horas depois do seu desembarque, pena de que não o fazendo assim, se procederá contra elles da mesma forma que se pratica contra os que viajam sem Passaportes.

Artigo 27. Os Passaportes dos Subditos de Sua Magestade o Imperador passageiros em Navios Brasileiros para os Portos do Imperio, serão exclusivamente passados pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha na Corte, e nas Provincias pelos respectivos Presidentes, precedendo as habilitações do util. Pagar-se-hão pelos ditos Passaportes os mesmos emolumentos que se achão presentemente estabelecidos, com a declaração de que toda a familia he representada pelo seu Chefe.

Artigo 28. Permite-se, de baixo da inspecção da Authoridade competente, tirar de bordo do Navio a polvera do seu uso, sem preceder a entrada na Alfandega.

Artigo 29. O Capitão, ou Mestre de qualquer Embarcação, logo que der entrada na Alfandega, será obrigado a apresentar ao Juiz o seu Passaporte, para ser visto, e reconhecer-se a legitimidade do Navio.

Artigo 30. Os Donos, ou Mestres dos Navios, ou Embarcações poderão incumbir a quem lhes convier, a carga, ou descarga das lanchas, de baixo da inspecção do Capitão do Porto, e na falta d'este, do Juiz da Alfandega, e na de hum, e outro, do Presidente da Camara, que lhe designará o sitio, em que



a dita carga ou descarga deve ter lugar, sem to-  
davia por isto serem os Donos, ou Mestres obriga-  
dos a pagar emolumentos, ou propina alguma.

Artigo 31. He livre a todo o Proprietario,  
Capitão, ou Mestre de qualquer Embarcação, o  
servir-se para crewar o seu Navio da barcaça, ou  
barcaças que bem quizer, ficando abolido o abu-  
zo praticado em alguns Portos, de serem obriga-  
dos os Donos, ou Mestres das Embarcações a ser-  
virem exclusivamente da barcaça do Patrião  
Mór, ou das do Estado quando as tenha.

Artigo 32. Os frutos se consideraráõ venci-  
dos, e devidos logo que o Navio largar a carga no  
cauz do Porto do seu destino, excepta havendo con-  
venção em contrario. A liquidacão do fruto se-  
rá feita pelo peso, e quantidade que vier no co-  
nhcimentor, e nada impedirá o pagamento dos  
ditos frutos. Em caso de falta, ou avaria prove-  
niente de fraude, fica ás partes o direito salvo.

Artigo 33. Não serão admittidos dipor-  
is de hum burro da publicacão do presente De-  
creto, generos algum de paiz estrangeiro / excepta  
em casos particulares de fome, ou guerra / que  
não venhão em Vasos Brasileiros, ou em Navios  
do paiz productos dos mesmos generos, ou portos,  
por onde fomentos tais generos são exportados.

## Titulo 2.º

### Do Registo, ou Matricula dos Navios

Artigo 1.º Os Intendentes da Marinha, ou  
Juizes das Alfandegas nos lugares onde não hou-  
verem tais Intendentes, e na falta destes os Presi-  
dentes das Camaras são obrigados a proceder á ma-  
tricula, ou registo de todas as Embarcações que fo-  
rem pertencentes a dono, ou donos residentes nos de-  
os respectivos Districtos. E quando huma mes-  
ma Embarcação pertencer a pessoas que residão



em differentes Districtos, a matricula, ou registro se fará na Intendencia, ou Alfandega, ou Camara do lugar, onde residir o Capta ou Consignatario.

Artigo 2.<sup>o</sup> Esta matricula, ou registro, se fará fôrta e fôrta Livros. O primeiro será destinado para as Embarcações empregadas na navegação exterior, ou de longo curso. O segundo para as que se empregam na navegação costeira. O terceiro para as empregadas na navegação interior, qual he a dos Rios, e Bahias do Imperio do Brazil.

Artigo 3.<sup>o</sup> E para que estes Livros sejam formados de hum modo uniforme, e contenham as noções convenientes, enviar-se-hão ás ditas Intendencias, Alfandegas, e Camaras, hum formulario, que será distribuido em sete columnas pela maneira seguinte:

Na 1.<sup>a</sup> se indicará o nome do dono, ou donos, seu domicilio, e occupações; declarando-se as quotas, ou quinhões de cada hum na propriedade do Navio.

Na 2.<sup>a</sup> O nome, ou invocação da Embarcação, sua matriculação, e fôrma da sua armacao; e todas as mais qualidades caracteristicas do Navio.

Na 3.<sup>a</sup> O lugar, e anno da sua construcção, e nome do Constructor.

Na 4.<sup>a</sup> O numero de toneladas, para o que se argueirão as que não estiverem argueadas.

Na 5.<sup>a</sup> O numero das pessoas empregadas no seu Commando, e tripulação.

Na 6.<sup>a</sup> O seu valor no estado em que se achar.

Na 7.<sup>a</sup> Ficará em branco, e he destinada para as verbas que se dixerão pór nos casos de mudança de dono, ou donos, ou de for-



ma de armacão, de captura, naufragio, incendio,  
e demolição da Embarcação registada.

Todos estes requisitos, e declarações devem ser  
verificadas, ou provadas por certidões em forma  
na Estação onde se fizer o registo.

Artigo 4.<sup>o</sup> Este registo, ou matricula será  
afignada pelo Intendente, ou Juiz da Alfen-  
dega do lugar onde aquelle não houver, e pelos  
seus respectivos Escrivães da Alfama Grande, ou na  
falta d'aquelles, pelo Presidente, e Escrivão da Ca-  
mara; bem como pelo dono, ou donas, ou pelo  
Capta ou Consignatario. Por esta matricula  
pagará o Navio, ou Embarcação sem rui por  
tonelada da sua lotação para as despesas da Es-  
tação onde se fizer o registo.

Artigo 5.<sup>o</sup> Nenhum Navio, ou Embarca-  
ção terá direito a gozar de quaesquer dos privi-  
legios, ou vantagens de Navios Brasileiros, se não  
se fizer registar, ou matricular, como fica decla-  
rado, e não extrahir por certidão o thesor do re-  
gisto, passada pelas pessoas acima authoriza-  
das para o mencionado registo, a qual certidão  
apresentará nas Estações onde houver de se ther pas-  
sar Passaportes, e será documento de bordo. Por  
esta certidão pagará o Navio quatrocentos rei-  
senta reis para o competente Escrivão.

Artigo 6.<sup>o</sup> Igualmente se determina que  
nenhum Navio, ou Embarcação Brasileira re-  
gistada como tal, possa continuar a gozar dos  
privilegios de Navios Brasileiros, quando tenha  
passado por algum reparo, ou concerto, em piave  
estrangeiro, cuja despesa exceda a quantia de  
quatro mil reis por tonelada da sua lotação,  
salvo se tais reparos se tiverem julgado ne-  
cessarios, e indispensaveis, em consequencia de  
avarias, e ruinas extraordinarias accontecidas  
durante a sua ausencia dos Dominios do  
Império do Brazil, a fim de poder continuar,



e concluir a viagem, em que se tenha impedi-  
 mento, ou para regressar a algum porto, ou lu-  
 gar dos ditos Dominios. O Mestre, ou Capi-  
 tão de tal Navio, logo que este chegar a algum  
 dos Portos do Brazil, e apinas der entrada, deverá  
 declarar debaixo de Juramento perante o Juiz da  
 Alfandega, e na falta d'isto perante o Presidente  
 da Camara, que tal Embarcação fora assim re-  
 parada, ou concertada, com a comminação de  
 ser multado em quatro mil reis por tonelada da  
 lotação do mesmo Navio, para as despesas da Mari-  
 nha de Guerra. E se tiver provado que o dito Na-  
 vio, ou Embarcação estava em termos de poder nave-  
 gar, ao tempo em que ultimamente sahira de  
 qualquer porto, ou lugar do Brazil, e que não  
 fizera maior concerto do que o necessario, e indis-  
 pensavel, como fica dito, as sobreditas Authorida-  
 des certificarão com verba junto a certidão de re-  
 gisto, em como se tem provado que os privilegios, e  
 vantagens de tal Navio, ou Embarcação, não pro-  
 oximão, apur as concertos, e reparações feitas  
 em paiz estrangeiro.

Artigo 7.º Como por qualquer causa acontecer que  
 por falta de operarios, ou conluio d'isto se vja al-  
 guma vez o dono de qualquer Navio na impossibi-  
 lidade de fazer-lhe os concertos necessarios para pro-  
 der continuar nas suas viagens, e sendo conveniente  
 providenciar, em semelhante caso, o fim de não pre-  
 judicar o Commercio Brasileiro, poderá o Governo, pro-  
 vada que seja a mencionada falta, ou conluio, per-  
 mitter ao dono de tal Navio faculdade de o mandar  
 concertar em qualquer Porto estrangeiro, o qual  
 deverá ser declarado na licença, ou ordem passada  
 para este fim.

Artigo 8.º Nenhum Navio, ou Embarca-  
 ção depois de registada, poderá mudar de nome, ou  
 invocação.

Artigo 9.º O nome, ou invocação do Navio,



ou Embarcação depon de registada, e antes de met-  
ter carga, sem como o do Porto, ou Traca a que  
pertencer, deverá estar escripto, ou pintado na Po-  
pa com letras brancas sobre hum chao preto de  
humã maneira clara, e legivel; e o Dono, ou Ma-  
tre, ou Capitão de semelhante Navio, ou Embarcação  
que consentir que n'ella se mette carga antes de  
estar tal nome, ou invocação escripta na forma  
acima indicada, ou tiver voluntariamente es-  
cudo, ou apagado, ou de alguma forma esconder,  
ou deixar esconder o dito nome, sabido em tempo de  
guerra, ou que qualificar por escripto, ou em pa-  
pel impresso, ou descrever verbalmente, ou consentir  
que se descreva para fins abusivos, e sinistros, tal  
Navio, ou Embarcação com outro nome que não  
seja aquelle com que foi matriculado; em ca-  
da hum d'estes casos deverá ser multado na  
perda da quantia de quatrocentos mil reis  
para as despesas da Marinha de Guerra.

Artigo 10. No caso de que altere a qua-  
lidade, e forma de qualquer Navio, ou Embarca-  
ção já registada, sendo no Porto, ou Traca em que  
o Navio foi registado, se fará logo a verbas esta  
alteração no Livro de Registo da Estação competente,  
fazendo-se igual declaração no verso da certidão do  
registo. E sendo a dita alteração acontecido em ou-  
tro Porto Brasileiro, a quem não pertença o Navio  
ou fôse n'elle registado, se fará esta declaração  
junta da certidão do registo, assignada pelo Inten-  
dente da Marinha, ou em sua falta pelo Juiz  
da Alfandega desse Porto, ou na de hum, e ou-  
tro pelo Presidente da Camara, e em Paiz Estran-  
geiro pelo Consul, ou Vice-Consul Brasileiro, pa-  
ra ser apresentada no Porto a quem o Navio per-  
tencer, e a vista d'ella pôr-se a verba competen-  
te no Livro de seu registo.

Artigo 11. Quando por venda, troca, tra-  
passe, ou doação de todo, parte, ou quinhão



de qualquer navio, feita no lugar, ou Porto em que o navio então se achar, ficar elle pertencendo a esse Porto, ou lugar, sendo do Imperio do Brasil, será obrigado a fazer logo ali novo registo, ou matricula na forma do Artigo 2.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup>, 4.<sup>o</sup>, e na presença do Titulo do registo anterior, que n'este acto lhe será cassado, e remettido, e substituido áquella Situação onde foi passada, assim de se pôr a competente verba no respectivo Livro do registo. Por estas verbas, e declarações não se pagará emolumento algum.

Artigo 12. Se por um navio pela sobredita venda, troca, transpasse, ou doação feita no Porto em que se achar o navio, ficar pertencendo a outro Porto, ou Praça, que seja do mesmo Imperio, semelhante alteração se fará declarar junto á certidão do registo, vindo assignada pelo Intendente da Marinha, e em falta d'este pelo Juiz da Alfandega, e na de hum, e outro, pelo Presidente da Camara do Porto, ou lugar onde ella se effectuou; e sendo em Paiz Estrangeiro, pelo respectivo Consul, ou Vice-Consul Brasileiro, e não os havendo, por dois negociantes acreditados ali estabelecidos, para ser apresentada no lugar, ou Porto a que o navio fica pertencendo, e onde deverá logo proceder a novo registo, ou matricula na forma que para o primeiro caso / Artigo 11 / se acaba de determinar.

Artigo 13. E passando o navio, ou embarcação, pela mencionada troca, transpasse, ou doação feita em qualquer Porto, ou lugar em que o navio então se achar, a pertencer a Praça, ou Porto Estrangeiro, a mesma declaração se fará junto á certidão do registo pelas Authoridades acima mencionadas do lugar onde tal alteração teve effecto, e a certidão assim averbada, será remettida, e substituida á Situação onde foi passada, assim de se pôr a competente verba no respectivo



*Livro do registo.*

Artigo 14. Se por um o Navio estiver no mar em viagem, quando acontecer tal venda, troca, transpasse, ou doação, de todo, parte, ou quinhão d'elle, se praticará na conformidade do que acha disposto nos tres Artigos precedentes, logo no primeiro Porto a que o Navio houver de chegar.

Artigo 15. O dono, ou donos das Embarcações, Cascos, ou Consignatarios, Capitaes, ou Membros que faltarem ás disposições dos Artigos 10, 11, 12, 13, e 14, ficarão sujeitos a pena de pagarem hum conto e duzentos mil reis, metade para o denunciante, e a outra metade para as despesas da Marinha de Guerra.

Artigo 16. He sumamente prohibido a toda, e qualquer pessoa seja quem for, debaixo da mesma pena declarada no Artigo precedente, e alem d'isto na de tres annos de prisão, o vender, dar, transpassar, emprestar, reter, ou conceder a certidão do registo de qualquer Navio, ou Embarcação, para cujo uso só deverá servir, ou que se tivesse perdido, capturado, queimado, ou danificado, ou que perdesse por qualquer motivo o privilegio de Navio Brasileiro, ou que houvesse sido condemnado por causa de commercio illicito, ou penhorado, e vendido em execução de sentença, pois que da dita certidão, no caso de existir, se deverá fazer a competente entrega para ser cassada, e não ter outro algum uso.

Artigo 17. Nenhum Navio Estrangeiro, ou de Propriedade Estrangeira, poderá ser registado.

Artigo 18. Toda o Navio, ou Embarcação que se achar gozando de qualquer dos Privilegios de Navio Brasileiro sem haver sido registado, e sem ter extrahido a sua competente Certidão do registo hum anno depois da publicação do pre-



zent Decreto, será sujeito a ser confiscado, assim como toda a sua artilheria, munições, fôrimentos, apparelho e mais pertences, e deverá ser apreendido por qualquer official das Alfândegas do Império do Brazil.

Artigo 19. As Embarcações empregadas na navegação interior, além de matriculadas, ou registadas, deverão ser numeradas, penna de pagamento de vinte e cinco mil e seiscentos reis, para as despesas da embarcação, quando assim não cumprirem.

Artigo 20. O dono, ou donas das novas Embarcações, serão obrigados a arqueal-as logo que se lançarem ao mar. Igualmente se fará proceder a arqueação de todas aquellas que ainda não tiverem arqueadas.

Artigo 21. A arqueação será feita por pessoas intelligíveis, e para isso approvadas, e com a assistência do Capitão do Porto, e onde o não houver, do Juiz d'Alfândega, e na falta de hum, e outro, do Presidente da Camara.

Artigo 22. Feita a arqueação, se dará ao dono humra certidão, da qual conste a lotação, isto he, o numero de toneladas da Embarcação, o nome d'ella, o do dono, e bem assim os dos individuos que fizeram a dita arqueação, e o dia, e lugar em que foi feita, sendo a dita certidão assignada pelos arqueadores, e pela Authoridade acima designada para assistir ao acto da medição. Por este acto, e certidão pagará o Proprietario trinta mil reis em beneficio dos medidores sendo a Embarcação de tres Maestros, e quinze mil reis sendo de dois.

Artigo 23. Humra vez reconhecida a lotação de qualquer Embarcação, deverá tal conta de toneladas ser para sempre reputada como a lotação da dita Embarcação, e assim havida por tal em todas as subseqüentes registas, ou matricu-



las que se possam fazer da mesma Embarcação,  
e onde para esse effeito cumpre apresentas a re-  
spectiva certidão. Exceptua-se o caso em que se  
tenha feito alguma alteração na forma, e capa-  
cidade do Chavo, ou que se reconheça que a  
sua lotação foi calculada erradamente.

Artigo 24. Os Intendentes da Marinha,  
Juizes das Alfandegas e Presidentes das Camaras  
do Imperio do Brasil, ficas obrigados a remit-  
ter annualmente a Secretaria d'Estado dos Ne-  
gocios da Marinha, hum resumo de cada hum  
dos tres Livros mencionados, afim de por ute mo-  
do conhecer-se o total da Marinha Mercan-  
te, o seu augmento, ou decadencia.

Artigo 25. Ficam revogadas todas, e qua-  
quer disposições contrarias ás do presente Decre-  
to.

Paco da Camara dos Senadores em 07. de  
Junho de 1826 = Visconde de Paranaquá.

Propoz o Sr. Presidente se era digno  
de entrar em deliberação, e decidio-se que sim.  
Foi a imprimir.

O Sr. 1.º Secretario pediu que se lhe decla-  
rasse a quantia de vencimentos dos Srs. Sena-  
dors que devia entrar na respectiva folha.

Tendo fallado a este respeito algum Sr. Se-  
nador, propoz o Sr. Presidente se aquelles venci-  
mentos fôrão de noventa mil reis mensaes, du-  
rante os quatro mezes das Sessões, e n'esse sentido  
se organisava a folha. Conceo-se que sim.

Lidio mais o mesmo Sr. 1.º Secretario se de-  
clarasse se os vencimentos determinados entrariam  
em folha no principio, ou no fim de cada hum  
dos mezes. Depois de discutida esta materia, pro-  
poz o Sr. Presidente, em que tempo se receberião  
os mencionados vencimentos; e a Camara resol-  
vio que fosse no fim dos mezes, conforme se pra-  
tica no Thesouro.



Em consequencia de Proposta feita n'esta occasião por hum dos Srs. Senadores, perguntou o Sr. Presidente. Se o Senador que servio no principio do mez fallando, devia a seu herdeiros o direito de receber o vencimento do mez por inteiro. Venceo-se que sim.

O Relator da Commissão de Saude Publica mandou a ellea huma Proposta pedindo que se officiasse ao Governo para ordenar a competente Authoridade que porpse em pratica, diversas providencias relativas a objectos de policia, e salubridade. Ficou para 2.<sup>a</sup> leitura

O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretario leu dois officios, hum do Sr. Ministro dos Negocios do Imperio, acompanhando o Decreto de vinte e nove de Maio proximo passado que regula o Tratamento que compete aos Presidentes, e Secretarios das duas Camaras, de que se compoem a Assembleia Legislativa; e outro do Secretario da Camara dos Deputados participando a nomeação da Meza que deve servir na referida Camara, durante o mez contado de hoje. O Senado ficou inteirado.

Passou a ordem do dia na discussão do Artigo 15 do Regimento dos Conselhos Geraes de Provincia, a respeito do qual houve huma emenda para redigir-se o principio do Artigo do seguinte modo = Cantado o Hymno „Gloria, Sancte Spiritus“, e prestado o juramento voluntario &c Foi apoiada. Hum Sr. Senador representou, que converia alterar o numero dos Membros da Deputação mencionada no Artigo, reduzindo os a dois em lugar de quatro. Julgando-se a materia discutida, o Sr. Presidente por o Artigo a votação, e não passando como estava, passou com a emenda, e com a alteração proposta.



Discutio-se o Artigo 16, e propondo o  
o Sr. Presidente a votação da Camara, foi  
approvado com a alteracao de serem elitos o  
Presidente, e Vice Presidente a pluralidade  
absoluta, e o Secretario, e o Supplente a plu-  
ralidade relativa de votos.

Todos os Artigos desde 17 a 34 inclusive,  
depois de discutidos, e postos a votação foram  
successivamente approvados.

Hum Sr. Senador propoz hum  
Artigo addicional para ser inserido depois  
do Artigo 34.

Sendo apoiado, e julgando-se discutido  
o Sr. Presidente o por a votação da Camara, e  
foi approvado, redigido desta forma. Artigo-  
35 „ Não haverá Sessão fora do tempo, e lugar  
marcados; e jamais haverá Sessão secreta.

Continuou a discussão do Artigo 35, a  
17 inclusive, e pondo-os o Sr. Presidente por  
sua ordem a votação da Camara, foram por  
ella approvados sem mudança.

O Sr. Presidente deu para a Ordem do  
dia a nomeação da Mesa, e a continuacão  
da materia do Regimento dos Conselhos Gera-  
es da Provincia.

Levantou-se a Sessão as duas horas = Viscon-  
de de Santo Amaro Presidente = Visconde de  
Barbacena Secretario = Barão de Palmares 2.<sup>o</sup>  
Secretario.

Sessão 25.<sup>a</sup>

No dia 9 de junho de 1826

Presidencia do Sr. Presidente

Aberta a Sessão foi lida, e approvada a Acta  
antecedente

Hum Sr. Senador pediu a palavra